

FORA DA REDE

Impasses legais e burocracia dificultam identificação e proteção de vítimas

Exploradas, meninas desaparecem na fronteira boliviana

IVANISE ANDRADE,
ESPECIAL PARA O CORREIO DO ESTADO

Lívia e Larissa. Meninas brasileiras desaparecidas na Bolívia. Lívia Gonçalves Alves, de 11 anos, desapareceu em Corumbá, no dia 13 de junho. Seu paradeiro é incerto, mas a Polícia Civil trabalha com a hipótese da menina ter sido levada para a Bolívia, vítima de uma rede de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Larissa tem dupla nacionalidade. Filha de mãe brasileira e pai boliviano, vivia no lado boliviano da fronteira e fazia programas sexuais tanto na Bolívia quanto no Brasil. Foi atendida pela rede de proteção brasileira, mas decidiu voltar ao país vizinho e ninguém sabe seu paradeiro.

A delegada titular da Deaij (Delegacia Especializada de Atendimento da Infância e Juventude) de Corumbá, Priscilla Anuda Quarti Vieira, oficiou o Consulado Boliviano e a polícia do país vizinho para que divulguem fotos e informações sobre Lívia. Assim que soube do desaparecimento, em junho, a delegada já havia tomado essa providência. Agora, a medida foi reforçada.

O inquérito ainda está em andamento e não há provas suficientes que configurem o crime de tráfico internacional de pessoas, por isso, segundo a delegada, a Polícia Federal ainda não foi acionada. "Se houver indício de transnacionalidade. Se existe uma rede, uma outra situação, no outro país, a gente passa a atuar se formos acionados", explica o delegado da PF em Corumbá, Alexandre Nascimento. A Polícia Federal pode contatar

autoridades brasileiras e bolivianas, bem como qualquer pessoa que forneça dados que levem ao possível paradeiro da menina.

"O que sabemos é que a Lívia foi sequestrada para fins libidinosos". O caso Lívia foi o estopim para a abertura de outros sete inquéritos e a identificação de 14 vítimas, entre adolescentes e crianças. Uma moça de 19 anos foi presa, acusada de aliciamento. Outra adolescente, de 12 anos, também envolvida com o sequestro de Lívia, está abrigada. "Ela é novinha, mas a experiência que tem de vida dá uma bagagem. Você conversa com ela e você não diz que ela tem 12 anos", comenta, surpresa, a delegada.

Dos sete inquéritos abertos a partir do sumiço de Lívia, um foi concluído, o que trata de estupro de vulnerável de uma das vítimas. Não há prazo para



A facilidade para atravessar a fronteira e a desarticulação entre órgãos bolivianos e brasileiros facilita o desaparecimento de crianças e adolescentes

a conclusão das investigações. A proximidade com a fronteira é o principal entrave.

De volta pra casa

Larissa foi encontrada em situação de exploração sexual em Corumbá. O Conselho Tutelar realizou os primeiros atendimentos e a encaminhou para acompanhamento psicossocial no Creas (Centro de Referência Especializada em Assistência Social). Larissa também ficou abrigada em Corumbá, embora vivesse na Bolívia.

Seu caso revela uma rede informal de proteção dos

direitos da criança e do adolescente que reúne autoridades bolivianas e brasileiras. Segundo a psicóloga do Creas de Corumbá, Vanessa Hamad Borges Witak, representante da Defensoria Del Niñez, de Puerto Suarez, foi até Corumbá buscar mais informações sobre o caso e para articular soluções conjuntas. "Foi uma troca de informações para conhecermos melhor o caso e planejarmos as ações". Vanessa conta que foi a primeira experiência de interlocução entre os países vizinhos.

A psicóloga explica que se a adolescente boliviana é pe-

ga no Brasil em situação de violação de direitos e começa a ser acompanhada pela rede há uma continuidade, mas se acontece de deixar de ir por algum motivo, a equipe do Creas não tem autonomia diplomática para ir até o país vizinho e obter informações sobre a paciente. "Não podemos intervir lá", explica.

Isso acaba provocando a perda de contato com a criança ou adolescente atendido. Sem possibilidade de fazer visitas domiciliares ou solicitar apoio policial para a busca dessas pessoas, o acompanhamento deixa de ser feito.

Diplomacia emperra investigações

PAULO RIBAS



"Polícia Federal discrimina bolivianos, mas tolera entrada de brasileiros com drogas", afirma cônsul

A problemática da fronteira, no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes, é que falta articulação entre os serviços brasileiros e bolivianos. A constatação é da representante da Defensoria Del Pueblo de Puerto Suarez, Bolívia, Elizabeth Martinez Barbery. Segundo ela, há muitos meninos e meninas brasileiros vivendo na Bolívia e outros tantos bolivianos menores de idade no Brasil. A maioria possui documentos de identificação dos dois países. "Em fronteira, falamos de pessoas que se movem, então é necessário articulação entre os órgãos. Os consulados devem procurar firmar protocolos de atuação conjunta", acredita.

Elizabeth Barbery reconhece que existem problemas de equipe e de infraestrutura, mas que a legislação não deve ser vista como limitante do trabalho. "Se for pensar na efetividade da norma no seu país, as problemáticas da fronteira rompem com as normativas". Ela afirma que é comum as autoridades brasileiras dizerem que não podem entrar na Bolívia para realizar os atendimentos ou investigações. "O que falta é integração entre os órgãos policiais. A tendência das autoridades brasileiras é acusar a Bolívia por ser desorganizada, não ter legislação. Mas o fato é que não há interesse de articulação", acusa.

O Cônsul Boliviano no Brasil, Juan Carlos Mérida

Homero, acredita que há um excesso por parte da polícia brasileira. "Discriminam bolivianos, mas relevam a entrada de brasileiros com documento falso e drogas. Não há uma política fronteira", afirma.

Para o delegado da Polícia Federal em Corumbá, Alexandre Nascimento, o relacionamento entre as autoridades policiais brasileiras e bolivianas é considerado bom, mas admite que trabalham com certa precaução. "O problema é que a corrupção impera na Bolívia, principalmente na questão do tráfico de drogas que envolve muito dinheiro e o salário deles é de miséria. Então a gente tem essa cooperação, mas é com o pé atrás". (IA)

PRF registra aumento de 62% em ocorrências com jovens

GABRIEL AGARIE,
ESPECIAL PARA O CORREIO DO ESTADO

A média mensal de crianças e adolescentes envolvidos em ocorrências registradas pela PRF (Polícia Rodoviária Federal) de Mato Grosso do Sul aumentou 62% em relação ao ano anterior.

De acordo com a 3ª Superintendência Regional da PRF, em 2009 foram registradas 94 ocorrências envolvendo 96 adolescentes e 13 crianças. Uma média de atendimentos por mês. Entre janeiro e maio de 2010, foram registradas 61 ocorrências com 66 adolescentes e sete crianças totalizando média de 14,6 atendimentos mensais.

A maior parte das situações envolve o transporte de drogas. Entre janeiro e maio deste ano, foram

22 ocorrências em que 25 adolescentes - 11 mulheres e 14 homens - transportavam maconha, cocaína e haxixe. Os dados mostram um aumento de 144% na média mensal de registros de ocorrência em comparação com o ano anterior que registrou 27 situações que envolveram 28 adolescentes transitando com drogas.

Caronas e fugas

Houve um aumento na média mensal de registros de "caronas" com crianças e adolescentes sem documentação ou acompanhamento de adulto responsável.

Entre janeiro e maio de 2010, foram 11 situações de carona envolvendo 17 adolescentes. Em 2009, foram 15 ocorrências envolvendo 20 adolescentes e três crianças.

Também foi registrado

um aumento nas médias mensais de atendimentos a adolescentes "fugindo de casa e de abrigos". Em 2009, foram 13 ocorrências com quatro adolescentes e uma criança. De janeiro a maio de 2010, foram 11 casos envolvendo quatro adolescentes e quatro crianças.

A maioria dos casos em 2010, foram registrados na Delegacia da PRF, em Dourados, que totalizou 21 ocorrências com o atendimento de 23 crianças ou adolescentes. A delegacia da capital respondeu por sete registros com 15 adolescentes.

A PRF mantém 10 delegacias em Mato Grosso do Sul nos municípios de Campo Grande, Nova Alvorada do Sul, Anastácio, Dourados, Jardim, Coxim, Bataguassu, Três Lagoas, Paranaíba e Naviraí.



Ocorrências com drogas, caronas e "fugas de abrigo" envolvendo adolescentes cresceram em 2010